



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

## TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. Descrição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada, para fornecimento de extensão da Licença padrão Advanced Gateway Security Suite, incluso garantia e serviços de suporte na modalidade 24x7, por um período de 12 (doze) meses, para 01 Conjunto de equipamentos de Firewall em HA, modelo NSA 5650, número de Série: N/S 2CB8ED2C5C00..

1.2. **Natureza do Objeto:** Contratação de Serviço de segurança de rede e dos acessos à internet;

## 1.3. Detalhamento do Objeto: Itens Gerais

1.3.1. Fornecimento de 12 (doze) meses de extensão da Licença, garantia e serviços de suporte na modalidade 24x7, para 01 Conjunto de equipamentos de Firewall em HA, modelo NSA 5650, número de Série: N/S 2CB8ED2C5C00...

## TABELA A - DESCRIÇÃO e QUANTIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Extensão da Licença padrão Advanced Gateway Security Suite, incluso garantia e serviços de suporte na modalidade 24x7, por um período de 12 (doze) meses, para 01 Conjunto de equipamentos de Firewall em HA, modelo NSA 5650, número de Série: N/S 2CB8ED2C5C00.	01

## 1.4. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

1.4.1. Os Licitantes deverão compor o preço da extensão da licença, **conforme Planilha de composição da proposta constante do ITEM 8.3.**

1.4.2. Os licitantes deverão ser fornecedores credenciados junto ao fabricante da solução Sonicwall, uma vez que trata-se de contratação de extensão de Licenças para solução deste fabricante, existente no Tribunal;

## 1.5. Prazo de Vigência do contrato

1.5.1. O prazo de vigência da contratação será de 1 ano, contados da assinatura do contrato, porém, a vigência das Licenças e serviços de garantia e Suporte será de 1 ano após a devida ativação junto ao fabricante da solução de Firewall.

## 2. Justificativa para a contratação

2.1. A Solução de firewall atualmente em uso no Tribunal para prover a segurança de perímetro da rede de comunicação de dados e de computadores do Tribunal, bem como de todas as demais unidades da Capital e Zonas Eleitorais, foi adquirida em 2019 por meio do Contrato 29/2019, tendo como Fornecedora da Solução a CONTRATADA NOVA SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E NETWORKING EIRELI EPP.

2.2. O Licenciamento da solução junto ao Fabricante SONICWALL, incluso os serviços de suporte 24x7 e garantia foram adquiridos no ano de 2019, pelo prazo de 60 Meses, conforme CLÁUSULA DÉCIMA do Contrato nº 29/2019;

2.3. Informamos que os estudos e elaboração dos artefatos para Contratação da nova solução de Firewall do Tribunal não foram concluídos a tempo para realização de nova licitação antes do prazo de vigência contratual para prestação dos serviços. No entanto, a solução de Firewall é imprescindível para mantermos a segurança do perímetro da rede de computadores de todas as unidades do Tribunal.

2.4. Diante da imprescindibilidade dos mecanismos de segurança providos pela solução de Firewall faz-se necessária a contratação, em caráter excepcional, da extensão da garantia e licenças da solução de proteção da rede, porém, somente para o Conjunto de firewall principal do Tribunal, NSA 5650 - SN 2CB8ED por um período de 12 (doze) meses. Tempo este necessário e suficiente para conclusão dos estudos, elaboração dos artefatos e realização para Contratação da nova Solução de Firewall do Tribunal.

2.5. Por outro lado, como os equipamentos NSA 5650 que compõe o conjunto de firewall principal do Tribunal ainda estar em vida útil, capaz de suportar a segurança da rede por mais esse período, a extensão das Licenças para manter os mecanismos de proteção da rede plenamente ativos e atualizados trará economia para o Tribunal, uma vez que não fará neste momento aquisição de equipamentos (hardware), mas tão somente a extensão das licenças pelo período referenciado.

2.6. A manutenção do licenciamento da solução de firewall ativo, bem como os serviços de garantia e suporte 24x7, é imprescindível para a segurança da rede de dados do Tribunal pelo seguintes benefícios:

2.6.1. evitar uso indevido da rede e acessos não autorizados;

2.6.2. Disponibilizar com segurança vários serviços para acesso por meio da internet, como: SEI, PJE, SGPWeb, Correio eletrônico, etc.;

2.6.3. Atender o Planejamento Estratégico do Tribunal para a área de TI, com a adequação da infraestrutura de TI, de forma que foram indispensáveis para consolidação das seguintes ações estratégicas:

2.6.3.1. Melhorar a eficiência dos investimentos de TI;

2.6.3.2. Garantir a disponibilidade dos serviços de TIC essenciais às atividades judiciais e administrativas;

2.6.3.3. Garantir a estrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas;

2.6.3.4. Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral;

2.6.3.5. Aplicar a política de segurança da informação.

## 3. Descrição completa da solução

3.1. Contratação de empresa especializada, para fornecimento de extensão da Licença padrão Advanced Gateway Security Suite, incluso garantia e serviços de suporte na modalidade 24x7, por um período de 12 (doze) meses, para 01 Conjunto de equipamentos de Firewall em HA, modelo NSA 5650, número de Série: N/S 2CB8ED2C5C00.

#### 4. Requisitos da contratação

##### 4.1. REQUISITOS GERAIS, MANUTENÇÃO E GARANTIA

4.1.1. A CONTRATADA será responsável por todo o processo de ativação dos requisitos de segurança integrantes do Licenciamento da solução de firewall, conforme pacote de licença contratado, no portal de gerência do fabricante para o conjunto de equipamentos de firewall referenciado;

4.1.2. A Contratada deverá fornecer os requisitos de segurança e mantê-los devidamente ativos e atualizados, bem como os serviços de suporte, durante o período coberto pela extensão da licença e garantia da Solução de Firewall, que será de 12 (doze) Meses, compreendendo, no mínimo, nos seguintes:

4.1.2.1. Antivírus e antispayware; Prevenção contra intrusão; Controle de aplicações (application control); Filtragem de conteúdo; Serviço de suporte técnico na modalidade de 24x7 (24 horas/dia e 7 dias/semana);

4.1.3. O Fornecimento desse requisitos integrantes da Solução de Firewall implicará na prestação continuada coberta pela garantia do fabricante, atualizações de firmware, ativação completa para todas as funcionalidades de segurança descrita neste Termo de Referência, incluindo atualização dinâmica de antivírus, filtros de conteúdo WEB e demais recursos de segurança que requeiram atualização frequente;

4.1.4. A manutenção desses requisitos deve prover a atualização automática e em tempo real dos filtros de conteúdo WEB, através da categorização contínua de novos sites da internet, dos mecanismos de prevenção a intrusão e recursos de segurança contra novos vírus, spywares, vulnerabilidades de softwares e códigos maliciosos;

4.1.5. As atualizações e upgrades de software e firmware devem ser disponibilizadas à CONTRATANTE para download no site da CONTRATADA ou do fabricante;

4.1.6. Ocorrendo problemas técnicos ou físicos com os equipamentos cuja recuperação ao status operacional fique prejudicada, durante a vigência da Garantia, a Contratada deverá substituir os equipamentos envolvidos;

4.1.7. Os serviços de suporte técnico deverão ser de responsabilidade da Contratada, podendo ser prestado pela central de suporte técnico especializado do fabricante dos equipamentos. No caso dos serviços serem prestados pela Contratada, deverá apresentar comprovação da existência de equipe técnica disponível para atendimento das demandas e respectiva qualificações/certificações técnicas junto ao Fabricante;

4.1.8. A manutenção em garantia poderá ser realizada pelo fabricante, porém, sendo responsabilidade subsidiária da CONTRATADA;

4.1.9. A CONTRATADA deverá enviar o documento comprobatório da ativação da prorrogação das Licenças dos Requisitos de Segurança integrantes da Solução de Firewall à Coordenação de Infraestrutura Tecnológica (CSI) e à Seção de Redes e Segurança (SERES), através dos e-mails [csi@tre-to.jus.br](mailto:csi@tre-to.jus.br) e [seres@tre-to.jus.br](mailto:seres@tre-to.jus.br), confirmando através do telefone: (63) 3229-9741.

##### 4.2. DAS INSTALAÇÕES

4.2.1. **Como trata-se de apenas extensão das Licenças dos serviços de segurança para o conjunto principal de firewall do Tribunal, bem como ativação dos serviços de garantia e suporte na modalidade 24x7, a CONTRATADA será responsável pela ativação do período de 12 meses para as Licenças e dos serviços de garantia e suporte junto ao Fabricante. Considerando que a ativação das Licenças se dará de forma online junto ao fabricante, não terá serviços de instalação in loco na sede do Tribunal.**

##### 4.2.2. DOS TESTES PARA ACEITE DOS LINKS INSTALADOS (Itens da TABELA "A")

4.2.3. A Seção de Redes do Tribunal (SERES) ficará responsável pelo acompanhamento da ativação da extensão da Licença e dos serviços de garantia e suporte Contratados. Bem como por efetuar o devido Aceite de recebimento dos serviços.

##### 4.3. TEMPO DE REPARO PARA OS ITENS da TABELA "A"

4.3.1. O serviço de suporte técnico pelo período de Garantia contratado deverá ser prestado através do acionamento da CONTRATADA, para atendimento das necessidades de informação e restabelecimento de funcionalidades nas condições e prazos a seguir:

4.3.1.1. Para correção de funcionalidade impactada e que não impede a continuidade da maior parte dos negócios, será considerada como de SEVERIDADE BAIXA: Prazo máximo para resolução: 48 horas;

4.3.1.2. Para solicitação de informações sobre os produtos, incluindo configuração e instalação, será considerada de SEVERIDADE BAIXA: Prazo máximo para resolução: 36 horas;

4.3.1.3. Para problemas que causem impactos significativos nos negócios incluindo degradação de desempenho, serão considerados como de SEVERIDADE MÉDIA: Prazo máximo para resolução: 24 horas;

4.3.1.4. Para situações em que os serviços se encontrem indisponíveis, serão consideradas como de SEVERIDADE ALTA: Prazo máximo para resolução será de 8 horas. Havendo necessidade de substituição de equipamentos o prazo de resolução do problema será no máximo de 24 horas.

4.3.2. Ocorrendo problemas técnicos ou físicos com os equipamentos cuja recuperação ao status operacional fique prejudicada, durante a vigência da Garantia, a Contratada deverá substituir os equipamentos envolvidos;

##### 4.4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.4.1. Os produtos utilizados pela contratada para suprir os serviços ofertados devem atender aos requisitos da Instrução Normativa MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) nº 1, de 19/01/2010, artigo 5º, itens I e IV;

4.4.2. Como se trata de contratação de serviços de extensão de Licenças e serviços de garantia e suporte, os materiais dos produtos/equipamentos utilizados pela contratada para atender as demandas de suportes, no caso de substituição prevista no Contrato, não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.4.3. Deverão ser observados requisitos ambientais, resultando em produtos sustentáveis, de menor impacto ambiental em relação aos seus similares ou até devidamente identificado sobre a classificação para fins de reciclagem

4.4.4. Nos casos onde houver dúvidas quanto aos procedimentos sustentáveis adotados pelo fornecedor/fabricante, poderá ser solicitada a respectiva certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem cumpre com o solicitado.

4.4.5. Não serão recebidos materiais que apresentam, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, aderência ao produto, umidade, inadequação em relação ao conteúdo e que não estiverem identificadas de acordo com a legislação vigente.

#### 5. Modelo de execução do objeto

5.1. **Prazos contratuais** - Os seguintes prazos devem ser observados nos serviços de instalação/Ativação das Licenças e Serviços de Suporte e Garantia:

5.1.1. **Prazo para Instalação/Ativação (Itens da Tabela "A")**

Data	Evento
<b>Dia D</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Solicitação formal de instalação/ativação da extensão das Licenças e dos serviços de Garantia e Suporte na modalidade 24x7 Contratados, encaminhada pela CONTRATANTE para a CONTRATADA.</li></ul>
<b>D + 5 dias corridos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Conclusão da instalação/ativação</li></ul>

5.1.2. **Regime de execução:**

5.1.3. A CONTRATANTE formalizará um CONTRATO com a CONTRATANTE com período de vigência condizente com o Período de vigência das Licenças e Serviços Contratados, no qual contemplará as condições e especificações constantes deste Termo de Referência;

5.1.4. O pagamento à CONTRATADA se dará de forma integral após o recebimento definitivo das ativações das Licenças e Serviços de Garantia e Suporte contratados.

5.2. **Subcontratação**

5.2.1. Não será permitida a subcontratação para fornecimento dos serviços contratados.

5.3. **Ordem de Serviço**

5.3.1. As ordens de serviço se darão com a emissão das requisições de fornecimentos das Licenças e Serviços de garantia e suporte contratados.

5.4. **Obrigações do contratado**

5.4.1. Fornecer os serviços contratados nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento;

5.4.2. Manter os serviços contratados devidamente ativos e realizar as devidas manutenções durante a vigência contratual;

5.4.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado;

5.4.4. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais;

5.4.5. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência;

5.4.6. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4.7. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

5.4.8. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento;

5.4.9. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

5.5. **Obrigações do contratante**

5.5.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços contratados, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência;

5.5.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA;

5.5.3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados, concedendo **prazo de 10 (dez) dias úteis**, após a notificação, para a regularização das falhas observadas;

5.5.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.5.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.5.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares, franqueado o direito ao contraditório e ampla defesa;

5.5.7. Realizar o recebimento e o pagamento nos prazos previstos neste TR e/ou no instrumento contratual.

6. **Modelo de gestão de contrato**

6.1. **Modo de formalização da contratação:**

6.1.1. A CONTRATANTE formalizará um CONTRATO com a CONTRATANTE com período de vigência condizente com o Período de vigência das Licenças e Serviços Contratados, no qual contemplará as condições e especificações constantes deste Termo de Referência;

6.2. **Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato**

6.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.2.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

- 6.2.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);
- 6.2.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);
- 6.2.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);
- 6.2.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.3. **Mecanismos de comunicação entre o TRE-TO e o contratado;**

- 6.4. As comunicações entre a Contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);
- 6.5. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7. **CrITÉRIOS de medição e pagamento**

- 7.1. A Contratada deverá apresentar as notas fiscais com os serviços discriminados, após o recebimento definitivo da ativação das Licenças e serviços de garantia e suporte contratados pela CONTRATANTE;
- 7.2. **Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;**
- 7.3. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, após o protocolo de recebimento da nota fiscal e atesto técnico da mesma (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o Contratante), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

7.4. **Identificação do bem ou serviço comum, para efeitos de utilização da modalidade pregão ou definição de outra modalidade;**

- 7.4.1. Os serviços a serem contratados são de natureza contínua durante a vigência contratual, porém com pagamento integral no recebimento definitivo, pois visam atender as necessidades permanentes do Tribunal e são considerados serviços comuns para fins e efeitos da legislação que rege o pregão.

7.5. **Forma de Pagamento**

- 7.5.1. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade da ativação junto ao Fabricante, das Licenças e serviços de garantia e suporte pelo período Contratado, os quais deverão estar devidamente discriminados na respectiva nota fiscal **atestada por servidor da seção de Redes e Segurança de Computadores – SERES.**
- 7.5.2. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente.
- 7.5.3. O Contratante somente pagará à Contratada o que for solicitado e executado conforme o Contrato.
- 7.5.4. Fica a empresa ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a situação da empresa quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação.
- 7.5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

8. **Forma e critérios de seleção do fornecedor**

- 8.1. Será selecionado pela melhor Proposta, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço;
- 8.2. Os fornecedores deverão preencher todos os requisitos de regularidade jurídica e fiscal, previstos neste Termo de Referência;

8.3. **Da proposta técnica:**

- 8.3.1. A proposta de preços deverá conter as especificações detalhadas dos itens ofertados, **com os preços unitários de cada Item**, Valor em Real, incluídas todas as despesas relativas aos impostos, seguro, suporte técnico, manutenção, taxas, passagens, estadias, fretes, serviços e demais encargos.
- 8.3.2. A critério do pregoeiro, a licitante deverá disponibilizar informações adicionais necessárias à comprovação do atendimento das especificações técnicas solicitadas.

8.4. **Da composição da Proposta de Preços:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR T
1	Extensão da Licença padrão Advanced Gateway Security Suite, incluso garantia e serviços de suporte na modalidade 24x7, por um período de 12 (doze) meses, para 01 Conjunto de equipamentos de Firewall em HA, modelo NSA 5650, número de Série: N/S 2CB8ED2C5C00.	01		
	VALOR TOTAL			

8.5. **Do Registro de Preços:**

- 8.5.1. Não será feito Registro de Preços uma vez que não se aplica, pois trata-se de Contratação Imediata da extensão das Licenças e serviços de garantia e suporte para o Conjunto principal de firewall existente no Tribunal;

8.6. **CrITÉRIOS de julgamento e aferição da proposta mais vantajosa**

- 8.6.1. A proposta mais vantajosa para fornecimento da solução licitada será a que atender todos os requisitos técnicos exigidos com o menor preço;

**8.7. Exigências de habilitação:**

- 8.7.1. Em relação a Habilitação, a empresa deverá preencher todos os requisitos de regularidade fiscal, social e trabalhista previstos neste Termo de Referência.
- 8.7.2. Serão exigidos da contratada, caso não esteja cadastrada no SICAF:
- 8.7.2.1. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal;
- 8.7.2.2. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 8.7.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 8.7.2.4. No site do CNJ ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), verificar o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa; e
- 8.7.2.5. No Portal de Transparência (site [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br)), verificar o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União.
- 8.7.3. Participação ou não de cooperativas: Será permitida a participação, desde que cumpridas as exigências do art. 16 da Lei nº 14.133/21.
- 8.7.4. Participação ou não de empresas reunidas em consórcio: Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

**8.8. Habilitação Jurídica:**

- 8.8.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou outro documento hábil que comprove o registro da empresa.

**8.9. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

- 8.9.1. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.9.2. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.9.3. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.10. Qualificação técnica para fins de habilitação, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021;**

- 8.10.1. A licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar para fins de qualificação técnica:
- 8.10.1.1. A licitante deverá apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de Licenças e serviços de garantia e suporte para solução de de firewalls, do mesmo fabricante da solução de Firewall do Tribunal, com no mínimo para um conjunto de equipamentos de firewall concentrador em cluster (com unidade de alta disponibilidade);

**8.11. Participação de consórcios ou de cooperativas:**

- 8.11.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio ou cooperativas, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente.

**9. Estimativa do valor da contratação**

- 9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, com a finalidade de que os licitantes apresentem sua melhor proposta para o certame, nos termos previstos no art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das Propostas.

**10. Adequação orçamentária**

- 10.1. A adequação orçamentária será realizada por Unidade competente da Secretaria de Administração e Orçamento, e será inserido no processo de contratação posteriormente.

**11. Sanções administrativas em caso de descumprimento contratual****11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:**

- 11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- 11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. der causa à inexecução total do contrato ou do instrumento equivalente;
- 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou do instrumento equivalente;
- 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato ou do instrumento equivalente;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:**

- 11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato ou do instrumento equivalente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima **11.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima **11.1**, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.2.4. **Multas:**
- 11.2.4.1. Moratória: de 0,7% (zero vírgula sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da nota de empenho, até o limite de 10% (dez por cento);

- 11.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 8% a 10% do valor da nota de empenho.
- 11.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 15% do valor da nota de empenho.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.8. **Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):**
- 11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#);
- 11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#);
- 11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#);
- 11.13. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada;
- 11.14. A recusa injustificada do fornecedor em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento), sobre o valor da proposta e, se for o caso, à imediata perda da garantia de proposta, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
12. **Forma de reajustamento do contrato**
- 12.1. Conforme definido no contrato, nos termos da Lei.

JOSE NETO LUZ CARNEIRO  
Chefe de Seção



Documento assinado eletronicamente em 03/12/2024, às 16:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012302378275** e o código CRC **328CBECA**.